

GRAMATIZAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA: ENTRE A MANUTENÇÃO, A ALTERAÇÃO E O SILENCIAMENTO

Daiane SIVERIS*

ABSTRACT: The aim of this paper is to present reflections about the Dictionary of Contemporary Portuguese, by Caldas Aulete. Emphasis will be given to the first Portuguese edition and to the first Brazilian edition, from which the introductory texts will be analyzed to observe the linguistic aspects that are maintained, modified and silenced along the Portuguese language grammaticalization process, be it from Portugal and/or Brazil. Drawing on theoretical and methodological principles of Pecheux's Discourse Analysis, we will explore the possibilities of meanings that emerge from these introductory texts and observe how this linguistic tool is transformed according to the needs brought by the socio-historical changes and how it contributes to historicize language. Theoretical and methodological notions of Discourse Analysis and Linguistic History of Ideas will be combined as it has been employed in Brazil. In this paper, the focus relies on the notions of dictionary, preface, grammaticalization, historicity and silence.

KEYWORDS: discourse; dictionary; preface.

1. Introdução

Neste trabalho temos por objetivo apresentar algumas considerações sobre o *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*, doravante DCLP, de Francisco Júlio Caldas Aulete, nosso objeto de análise na dissertação. Para o presente trabalho, procuraremos dar ênfase à primeira edição portuguesa, publicada em 1881, pela editora Parceria Antônio Maria Pereira, de Lisboa, e à primeira edição brasileira, publicada em 1958, pela editora Delta, do Rio de Janeiro.

Nosso olhar restringe-se aos textos introdutórios, quais sejam, *Plano* (1881), *Nota dos editores*, *O que vale o "Dicionário Contemporâneo" de Caldas Aulete*, *Origem e evolução da língua portuguesa*, *Expansão da língua portuguesa no Brasil*, *A pronúncia normal brasileira da língua portuguesa* e *Prefácio* (1958). Nesses textos introdutórios, procuraremos identificar, pelo viés teórico-metodológico da História das Ideias Linguísticas, doravante HIL, e da Análise de Discurso, de linha pechetiana, doravante AD, o que se altera, o que se mantém, o que é silenciado nesses textos.

Nossas reflexões serão realizadas tendo em vista o que é proposto pelos sujeitos prefaciadores desses textos introdutórios, ou seja, a partir do que podemos compreender sobre a unidade e a diversidade em relação à língua portuguesa de Portugal e do Brasil.

Levaremos em consideração o que Nunes (2006a) afirma sobre os dicionários publicados no Brasil, no século XIX e XX, ou seja, que eles são uma forma de complementar e enriquecer a língua portuguesa. Acrescentaríamos ainda que são uma forma de atualizar um instrumento linguístico sobre a língua, no nosso caso, o DCLP, de Caldas Aulete.

A partir disso, procuraremos compreender o que se propõem como mudança e/ou manutenção nesse dicionário, quais as contribuições dessas na produção do conhecimento sobre a língua. Além disso, observaremos como o instrumento linguístico se transforma, conforme as necessidades instauradas pelas mudanças sócio-históricas, e como contribui para historicizar a língua.

* Mestranda em Letras – Estudos Linguísticos; Universidade Federal de Santa Maria.

Tomaremos o dicionário conforme Auroux (1992), isto é, como um importante instrumento linguístico nos estudos da linguagem. Além disso, destacam-se, neste trabalho, as noções de prefácio, segundo Nunes (2006, 2008) e Petri (2009); gramatização, conforme Auroux (1992); historicidade e silêncio, de acordo com Orlandi (1997).

2. O conhecimento sobre a língua

A HIL, tal como concebida por Auroux, na França, bem como os trabalhos que estão sendo realizados, nessa área, no Brasil, em relação com à AD, centram-se no estudo da língua, seja no saber, seja no discurso produzido sobre ela. Conforme Auroux (1992), desde a antiguidade, dois foram os maiores movimentos considerados nos estudos da linguagem: o *nascimento das ciências da linguagem*, que ocorreu com o aparecimento da escrita; e a *gramatização*, que se deu por meio da publicação de gramáticas e dicionários, os quais se constituiriam, anos mais tarde, como instrumentos de dominação de povos pela língua.

Tanto o desenvolvimento da escrita, quanto a publicação das gramáticas e dos dicionários, estes tomados como instrumentos linguísticos resultantes do processo de gramatização “que conduz a descrever e a instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares do nosso saber metalingüístico” (Auroux, 1992, p. 65), contribuem para registrar, representar, fixar, normatizar e descrever uma língua, no nosso caso, a língua portuguesa.

A língua, na perspectiva teórico-metodológica a qual nos filiamos, é tomada como “forma material” (Orlandi, 2005a, p. 33), pois ela é prática social; portanto, tem história e está sujeita ao equívoco, à falha, à incompletude. A língua “se apresenta, assim, como a *base* comum de *processos* discursivos diferenciados” (Pêcheux, 1997a, p. 91), ou seja, esta língua subjaz as práticas discursivas do sujeito na sociedade, ela é suporte para que o discurso e os processos discursivos se realizem; é no dicionário que podemos observar o seu funcionamento.

Na concepção de Auroux (1992, p. 71), “uma gramática dá procedimentos gerais para engendrar/decompor enunciados, enquanto o dicionário fornece os itens que se trata de arranjar/interpretar segundo este procedimento”, ou seja, na gramática temos as regras, as normas, e no dicionário temos a representação dessa normatização, dessa gramatização.

Esse processo de gramatização está relacionado a uma “transferência de tecnologia de uma língua para outras línguas” (ibidem, p. 74), o que implica transferência cultural, dependendo das condições sócio-históricas em que estão inseridos os sujeitos. Dito de outra forma, a produção dicionarística no/do Brasil foi realizada, inicialmente, por uma *exogramatização*, isto é, os sujeitos locutores não são nativos da língua para qual ocorre a transferência, são sujeitos portugueses que escrevem e ditam as normas sobre/para o português do Brasil.

No caso da produção/publicação do DCLP, de Caldas Aulete, arriscamo-nos a dizer que é possível observar, nas três primeiras edições publicadas em Portugal, uma *endogramatização*, ao passo que nas cinco edições brasileiras, há uma *exogramatização*. Nas publicações portuguesas, há normatização da língua portuguesa de Portugal, os sujeitos locutores são nativos da língua; o olhar é o do sujeito sobre a sua própria língua. Nas publicações brasileiras, o olhar passa a ser o do colonizador sobre sua colônia (o locutor não é o falante da língua e não tem a característica de pertencimento à nação).

Essa relação entre colonizador e colonizado, leva-nos a concordar com Nunes (2006a) quando afirma que o dicionário como um instrumento linguístico é “uma alteridade para o sujeito falante, alteridade que se torna uma injunção no processo de identificação nacional, educação e divulgação de conhecimentos lingüísticos” (p. 43). Dessa forma, o dicionário é

algo exterior ao sujeito. Essa exterioridade com que se depara o sujeito depende da relação que ele estabelece com a sua língua e com a língua do outro ao constituir-se como sujeito falante de determinada língua, tomada com uma forma de identificação nacional.

Partindo do dicionário como um instrumento linguístico e como um discurso¹, bem como dessa relação dos sujeitos com a língua, podemos pensar na historicidade dos sentidos e dos saberes linguísticos presente no dicionário. Essa historicidade pode estar relacionada às condições de produção do dicionário, bem como ao interdiscurso. Remete-nos às condições de produção na medida em que possibilita observar a posição-sujeito dos prefaciadores dos dicionários, para quem se destina a obra, quem são os leitores, onde é produzido/publicado. Refere-se ao interdiscurso à medida que este disponibiliza um conjunto de dizeres, de já-ditos, “um conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos” (Orlandi, 2005b, p. 33). Diríamos, assim, um conjunto do dizível e do interpretável, a possibilidade de manter, alterar ou silenciar.

Entendemos o silêncio conforme explicita Orlandi (1997, p. 31), isto é, como “matéria significativa por excelência, um continuum significativa”. O silêncio, o não-dito, o apagado, também tem sentido. O sujeito está sempre interpretando. Para ele, tudo faz sentido, mesmo quando não está dito. Quanto mais se silencia, mais são as possibilidades de sentidos que podem emergir. É por isso, que procuramos dizer, redizer, reformular, nossos discursos – temos a ilusão de controlar os sentidos.

No dicionário, observa-se essa busca do controle dos sentidos na medida em que um verbete apresenta diferentes definições. Contudo, tendo em vista que o instrumento linguístico tem sua historicidade, podemos afirmar que ele está sujeito a falhas, a equívocos e à incompletude, embora ele se proponha como um espaço do discurso do sério, da certeza do saber veiculado, da completude da língua. Ele tem história, reproduz, desloca, reformula sentidos, constrói e atualiza uma memória (Nunes, 2006a). É esse o caso do DCLP, de Caldas Aulete, na produção brasileira: ele atualiza e tenta adaptar um dicionário português ao contexto brasileiro, conforme podemos observar nos recortes que serão analisados a partir dos textos introdutórios.

Nossa seleção dos textos introdutórios não foi aleatória. Essa escolha deu-se pelo fato de eles constituírem uma importante fonte sobre as condições de produção, sobre a concepção de língua dos sujeitos prefaciadores, sobre a imagem do público leitor, pois, segundo Nunes (2006a), sem o prefácio não conheceríamos grande parte da história do dicionário. Em suma, segundo Petri (2009, p. 330), esses textos “funcionam como lugar de descrição e qualificação da obra que ali está sendo apresentada”; são lugar de observação das alterações/manutenções propostas e realizadas pelos sujeitos.

3. A organização do conhecimento sobre a língua

Pensar a organização do conhecimento sobre uma língua remete-nos às gramáticas e aos dicionários, objetos históricos e discursivos, nos quais está normatizado, organizado e representado o conhecimento sobre determinada língua.

Assim, procuraremos organizar também o nosso trabalho. Para tanto, faremos algumas subdivisões para melhor explicitar o processo de produção dos saberes e dos sentidos sobre a língua.

¹Entenda-se por discurso, o “efeito de sentidos entre os pontos A e B” (Pêcheux, 1997b, p. 82).

A primeira edição portuguesa

... *Plano...*

Neste texto introdutório, observamos que o dicionário é elaborado por estudiosos da língua, tanto portugueses, quanto brasileiros, a partir da “coadjuvação valiosíssima e honrada que elle [o trabalho de elaboração do dicionário] recebeu dos homens mais eminentes portugueses e brasileiros”. Este instrumento linguístico é uma publicação portuguesa, mas também brasileira. A língua apresentada nesse dicionário é uma, uma só, a portuguesa.

A tabela de sons da língua portuguesa presente no dicionário também foi submetida “á discussão dos professores de linguística mais distintos e homens de letras, tidos por mais bem falantes, não só portugueses mas brasileiros”. Sendo assim, a língua portuguesa de Portugal e a língua portuguesa do Brasil constituem-se como se fossem a mesma, estão presentes num mesmo espaço, num mesmo lugar comum, que é o dicionário.

Este funcionamento da língua uma remete-nos ao que afirma Pfeiffer (2001), isto é, que a unidade linguística referencial é possibilitada pela língua portuguesa de Portugal, pois esta é resultado de uma unidade já legitimada.

A primeira edição brasileira

... *Nota dos editôres ...*²

Na nota dos editores, destaca-se, acima de tudo, a unidade de duas línguas, isto é, o português de Portugal (PP) e o português do Brasil (PB). Embora haja todo um movimento sobre a língua nacional do Brasil já no final do século XIX, em meados do século XX, ainda circulam dicionários que tomam a língua portuguesa como “patrimônio comum dos povos que nela se expressam”(p. V)³.

Além disso, no presente caso, o dicionário propõe “estender a todo mundo de fala portuguesa o precioso cabedal do “Dicionário Contemporâneo”” (p. VI), numa tentativa de possibilitar a todos os falantes o acesso a esse instrumento linguístico, como se a língua fosse uma só. Nota-se a unidade que se pretende dar à língua portuguesa, ou seja, tornar única e uma só a língua de Portugal e do Brasil. Embora, em 1943, tenha sido publicado o “acordo ortográfico que estabeleceu a atual ortografia do Brasil” (Guimarães, 1996, p. 131), e, em 1958, a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), observa-se que até hoje Portugal e Brasil compartilham os mesmos acordos ortográficos.

A partir disso, questionamo-nos: como um dicionário da Língua Portuguesa, que toma como centro a unidade da língua de dois países, constituídos por diferentes povos, circula mais de cem anos num país que busca constantemente sua independência linguística? Será porque a relação colônia/metrópole não pode ser esquecida ou apagada? Ou será porque este dicionário é somente uma atualização de um dicionário português, com a inclusão de brasileirismos?

Sabemos que estaríamos nos precipitando ao concluir algo e responder essas questões já neste momento de nossa exposição, mas arriscaríamos sim dizer que se nota a relação entre colônia e metrópole até os dias atuais, haja vista o acordo ortográfico publicado em 2009 e que entrou em vigor no presente ano (2010). Além disso, também acreditamos que essa busca

²Nas subdivisões que fizemos, optamos por manter a escrita conforme apresentada no dicionário.

³Cabe destacar que todos os recortes feitos e apresentados nessa parte do texto, intitulada “A primeira edição brasileira”, referem-se aos textos introdutórios da primeira edição brasileira do *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*, de Caldas Aulete, publicado em 1958.

pela unidade da língua portuguesa está no fato desse dicionário estar sendo atualizado há vários anos em Portugal e, a partir de 1958, também no Brasil, pois na nota dos editores podemos observar que a proposta é a “atualização em forma e conteúdo” (p. VI), além de incluir “gravuras que ilustram êstes volumes, dando realce às explanações do texto” (p. V).

Observa-se, assim, conforme nos aponta Nunes (2006b), que este dicionário, assim como os demais instrumentos linguísticos publicados no Brasil, no final do século XIX e início do século XX, “funciona como complemento dos dicionários portugueses” (p. 67), procurando atualizar um instrumento a partir da língua.

... *O que vale o “Dicionário Contemporâneo” de Caldas Aulete ...*

Neste texto, o filólogo brasileiro, Antenor Nascentes⁴, apresenta algumas considerações sobre o *Plano*⁵ elaborado por Caldas Aulete na primeira edição portuguesa. Nascentes aponta que “a língua portuguêsã tem dois dicionários: o de Moraes e o de Caldas Aulete” (p. VII). Além disso, ele afirma que “o de Moraes serve principalmente para tudo que antecede o século XIX” (p. VII) e que a “exemplificação apresenta abonações dos maiores escritores, muitos dos quais brasileiros, como o nosso Gonçalves Dias” (p. VIII). Isso remete-nos ao que Auroux (2008) denomina de *conhecimentos indexados*, uma das maneiras de constituir o *horizonte de retrospectão*. É necessário que Nascentes conheça a obra de Moraes, bem como as condições sócio-históricas anteriores ao século XIX para que ele possa afirmar isso.

Essa forma de conhecimento mostra que é necessário conhecer o conjunto de conhecimentos antecedentes, o que já foi produzido, nesse caso, sobre a língua portuguesa. Conforme Auroux (2008), não é possível apagar essa *indexação*, não é possível apagar os conhecimentos que já estão postos, que têm historicidade e que foram produzidos no decorrer do tempo; conforme o autor (*ibidem*, p. 141), “é necessário tempo para saber”.

Além disso, Nascentes retoma o que Aulete tem por objetivo ao produzir o dicionário, ou seja, “coordenar um dicionário portátil para a maioria das pessoas que falam a língua portuguesa; um vocabulário que represente a língua portuguesa como ela é hodiernamente” (p. VII). Nota-se que o dicionário é elaborado para todos os que falam a língua portuguesa, seja ela o PP ou o PB. Não há distinção entre as línguas – PP e PB – elas constituem uma só, uma unidade, uma tentativa de Portugal manter o Brasil sob seu domínio, talvez não mais territorial, político e econômico, mas ainda linguístico e, por conseguinte, cultural.

Outra passagem importante a ser destacada é a atualização que se propõe fazer no dicionário, tendo em vista que, “assim como o progresso tornou antiquado e deficiente o dicionário de Moraes, tornou também antiquado e deficiente o de Caldas Aulete” (p. VIII) e, por isso, a preocupação em incluir mais “verbetes, sobretudo de brasileirismos” (p. VIII). Observa-se que esse dicionário tem um caráter enciclopédico, sustentado nos saberes produzidos em Portugal e no Brasil, bem como constrói um lugar de representação da nacionalidade.

... *Origem e evolução da língua portuguesa ...*

No decorrer deste texto, Nascentes apresenta a formação da língua portuguesa a partir da constituição do território de Portugal. Não há referências sobre o Brasil e sobre a origem e

⁴Antenor Nascentes e Hamílcar de Garcia são filólogos e estudiosos da língua que assinam os textos introdutórios do DCLP.

⁵Designação usada para o que hoje conhecemos como prefácio.

evolução da língua portuguesa desse país. No entanto, é possível observar que a língua portuguesa foi

introduzida nos Açores, na Madeira, nas ilhas de Cabo Verde, na Guiné, em Angola, em Moçambique, na Índia (Goa, Diu, Damão, Ceilão), na China (Macau), na Oceania (Timor) e no Brasil, podendo calcular-se hoje em cerca de setenta milhões o número de pessoas que a falam. (p. X)

Assim, é possível pensar na língua portuguesa em sua unidade, embora cada uma das colônias de Portugal relacione-se de modo singular com essa língua. No Brasil, por exemplo, a constituição da língua portuguesa como língua oficial sofre influências das línguas indígenas, africanas, de imigração e também de países vizinhos, o que vem a constituir as línguas de fronteira; tudo isso contribui para que a língua portuguesa do Brasil seja diferente da língua portuguesa de Portugal. Contudo, essa diversidade é algo não contemplado nos dicionários de Portugal. O que se leva em conta na produção dicionarística portuguesa é a inclusão de brasileirismos.

... *Expansão da língua portuguesa no Brasil* ...

Sobre a *expansão da língua portuguesa no Brasil*, Nascentes apresenta um pouco da história da colonização e a relação entre portugueses e espanhóis na conquista das terras. A partir disso, ele vai delimitando a região por onde alastrou-se a língua portuguesa até que ela fosse “inteiramente encerrada (...) dentro dos limites naturais constituídos” (p. XIII). Esses limites naturais são rios e serras que dividem, que separam o Brasil de outros países, que separam, ainda hoje, a língua portuguesa do espanhol, do guarani. Esses limites, essa demarcação de fronteiras territoriais está baseada nos tratados de limites realizados entre a Espanha e Portugal.

Nota-se aí o olhar do colonizador sobre o colonizado, isto é, o olhar de Portugal sobre o Brasil. É nesse momento que podemos pensar numa *exogramatização*. No presente caso, a língua portuguesa é introduzida pelos portugueses em todo o território brasileiro à medida que se alastra a descoberta e a colonização das terras. Nunes (2008) afirma que talvez seja necessário falarmos de algo que ultrapasse a relação *endogramatização* e *exogramatização*, quando se tem a relação do colonizador e colonizado. Para tanto, ele propõe uma “*heterogramatização*” (p. 37) que encobriria os “vários modos de relação entre os falantes portugueses e brasileiros”, seja no sentido da unidade, seja da diversidade.

... *A pronúncia normal brasileira da língua portuguesa* ...

Ao observar e analisar este texto, deparamo-nos com a apresentação da pronúncia brasileira, tendo como padrão a da cidade do Rio de Janeiro. Nascentes, ao assinar esse texto, afirma que isso não ocorreu simplesmente pelo fato de o Rio de Janeiro ser a capital do Brasil, na época, mas por ter sido sede do governo, a partir de 1573, e residência de dois imperadores. Tudo isso contribuiu para que a pronúncia do Rio de Janeiro tenha sido estabelecida como a oficial, a partir das resoluções de dois congressos - Primeiro Congresso de Língua Nacional Cantada, realizado em São Paulo, em 1937, e o Primeiro Congresso de Língua Falada, realizado em Salvador, em 1956⁶.

⁶Essas informações foram obtidas a partir do texto introdutório desse dicionário, intitulado “A pronúncia normal brasileira da língua portuguesa”.

É neste tópico que se evidencia a diferença entre o PP e o PB. Observa-se a diversidade, a heterogeneidade da língua portuguesa que começa a ganhar destaque neste dicionário. Entendemos a heterogeneidade linguística conforme Orlandi (1994, p. 31), ou seja, “que joga em nossa língua um fundo falso em que o “mesmo” abriga, no entanto, um “outro”, um diferente histórico que o constitui na aparência do mesmo”. A língua portuguesa parece ser a mesma em Portugal e no Brasil, mas não é, porque há um outro – a variedade brasileira no português de Portugal.

No decorrer dos demais textos até aqui apresentados, destaca-se a unidade da língua portuguesa. Entretanto, ao afirmar que há uma *pronúncia normal brasileira*, entende-se que há também uma portuguesa. Ao normatizar a pronúncia brasileira, ela passa a ser considerada diferente da pronúncia de Portugal. Antes disso, talvez, ela tenha sido uma só, a da língua portuguesa, em sua unidade e homogeneidade. Na edição de 1958, observa-se que começam a aparecer mudanças nesse aspecto da língua. Ela não é mais a mesma de Portugal. Ela é diferente e apresenta a do Rio de Janeiro como pronúncia padrão.

... Prefácio ...

Este texto caracteriza-se pela apresentação das mudanças referentes ao PP e ao PB. Giacomini (2006, p. 6) aponta que “nas definições das palavras, existem, em algumas, a marcação *brasileirismos*, o que mostra a imagem de que há diferença entre o PP e o PB”. Dessa forma, o diferente, a heterogeneidade da língua, a variante brasileira, emerge nessa produção que se dá no Brasil.

Essa heterogeneidade da língua (nesse caso tomaremos como discursiva), embora ainda de forma sutil, está presente no dicionário no qual se observa a coexistência das “*preferências lusitanas*”⁷ em grafia, vocabulário, prosódia e construção, dentro do mesmo critério seguido no registro das *predileções ou tendências brasileiras*” (p. XXVII). Nota-se o início de um movimento no sentido de diferenciar o PP do PB. Não há mais tanto espaço para a língua portuguesa de Portugal e a língua portuguesa do Brasil coexistirem. Seleciona-se, então, ou a escrita e significação portuguesas ou brasileiras.

Além disso, nesse mesmo prefácio, encontramos a indicação de que há “diferenças e até discrepâncias de emprego aquém e além-mar” (p. XXVIII), “diferenças de ordem geral ou específica, literária, formal ou familiar, *lusitana ou brasileira*”⁸ (p. XXIX). Observa-se, nesse discurso, especificamente, que as tentativas de tornar-se independente, também linguisticamente, estão cada vez mais presentes no século XX.

A busca pela independência a partir da “amplitude de atualização” pode ser observada na apresentação de Hamílcar de Garcia. No prefácio, constitutivo do dicionário, Garcia afirma que “as definições das edições anteriores foram minuciosamente examinadas à luz das mais modernas e autorizadas fontes de informação.” (p. XXVI). Desse modo, há um espaço imaginário de completude do dicionário, um espaço sem falhas e sem faltas, que apresenta definições estáveis, mas atuais, e representa os discursos em circulação numa sociedade. Assim pensando, incluiria também discursos atualizados sobre a língua; logo, os discursos atualizados sobre a língua que estão em circulação no Brasil.

Contudo, como mencionado anteriormente, são apenas tentativas de ter uma língua brasileira totalmente independente da língua de Portugal, pois na presente edição, ainda encontramos uma imagem de língua única, uma imagem de “acervo comum” dos povos, isto é, de Portugal e do Brasil.

⁷Grifo nosso.

⁸Grifo nosso.

4. Considerações finais

A segunda metade do século XIX, no âmbito português e brasileiro, é marcada pelas discussões sobre a língua nacional do Brasil. No âmbito do DCLP, mesmo no século XX, nota-se que Portugal mantém sobre o Brasil uma dominação pela língua. Essa dominação dá-se a partir da publicação de gramáticas e dicionários que incluem brasileirismos. Esses dicionários no Brasil caracterizam-se pela atualização feita a partir de dicionários portugueses.

Essa gramatização do português do Brasil dá-se de forma inversa à gramatização que ocorreu na Europa. Auroux (1992) afirma que, na Europa, a gramatização foi uma forma de dominação do resto do mundo. No entanto, o caso do Brasil é diferente, pois a gramatização constitui uma forma de o Brasil tornar-se independente de Portugal, um modo de tornar o português do Brasil uma língua única e nacional, conforme apresenta Guimarães (1996).

A partir dos recortes realizados, é possível observar que, nos primeiros textos introdutórios apresentados, há uma língua portuguesa com o predomínio do léxico do PP. Há uma unidade que perpassa a língua portuguesa de Portugal e do Brasil, mas essa língua, essa unidade não é homogênea. Nos últimos textos, especificamente no *prefácio*, há uma mudança na forma como passa a ser entendida a língua. Ela já não é mais uma língua una. Ela tem especificidades, diferenças, ela é heterogênea, embora seja a língua portuguesa, uma só com suas variedades – portuguesa de Portugal e portuguesa do Brasil.

Pensando na unidade que se pretende atribuir à língua, bem como na característica de atualização do dicionário, podemos afirmar que não haveria produção de conhecimento linguístico, mas apenas reprodução/transmissão de saberes dicionarizados e gramatizados. Entretanto, o Brasil é povoado por índios, negros e europeus. As línguas desses povos autóctones e alóctones têm influência na língua portuguesa instituída no Brasil como língua nacional, constituindo o diferente.

As diferenças/alterações/mudanças linguísticas dos povos, relacionadas, provavelmente, às iniciativas rumo à separação linguística e, conseqüentemente, cultural, no século XX, tomam o lugar da unidade, tendo em vista que o movimento para uma língua autenticamente brasileira está cada vez mais em discussão nesse período. Sendo assim, há uma tentativa mais acentuada de atualização de um saber linguístico independente de Portugal.

Dessa forma, acredita-se que a produção do conhecimento esteja na diversidade, no que é heterogêneo, pois as diferenças/alterações/mudanças, bem como os silenciamentos que aparecem no dicionário, referem-se ao português do Brasil e aparecem na língua. É isso que se caracteriza como o novo, o diferente no interior do mesmo, a língua dos brasileiros incluída na língua portuguesa. Para nós, estaria aí a produção do conhecimento, produção essa sobre a língua que se fala no Brasil, que depende das condições sócio-históricas do século XIX e XX.

Referências

AULETE, F. J. C. *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Delta, 1958.

_____. *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*. Lisboa: Parceria Antônio Maria Pereira, 1881.

AUROUX, S. *A questão da origem das línguas, seguido de A historicidade das ciências*. Campinas: RG, 2008.

_____. *A Revolução Tecnológica da Gramatização*. Campinas: Unicamp, 1992.

- GIACOMINI, G. I. O discurso do Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa, de Caldas Aulete: de 1881 até a atualidade. In: *Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL*. V. 4, n. 6, 2006.
- GUIMARÃES, E. Sinopse dos estudos do português no Brasil: a gramatização brasileira. In: GUIMARÃES, E.; ORLANDI, E. P. (Orgs.). *Língua e cidadania: o português no Brasil*. Campinas: Pontes, 1996.
- NUNES, J. H. Os dicionários portugueses e a descolonização linguística. In: *Línguas e Instrumentos Lingüísticos*. Nº 20. Campinas: Pontes, 2008.
- _____. Nomenclatura de dicionário e redução da hiperlíngua brasileira. In: *Histoire épistémologie langage: hyperlangues et fabriques de langues*. Tome XXVIII, Fascicule 2. Paris, 2006b.
- _____. *Dicionários no Brasil: análise e história do século XVI ao XIX*. Campinas: Pontes, São Paulo: Fapesp; São José do Rio Preto: Faperp, 2006a.
- ORLANDI, E. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 6ª ed. Campinas: Pontes, 2005b.
- _____. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. 2ª ed. Campinas: Pontes, 2005a.
- _____. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 4ª ed. Campinas: UNICAMP, 1997.
- _____. A Língua Brasileira. In: *Trabalhos em Lingüística Aplicada* 23. jan/jun de 1994.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 3ª ed. Trad. Eni Orlandi [et al]. Campinas: UNICAMP, 1997b.
- _____. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3ª ed. Campinas: Unicamp, 1997a.
- PETRI, V. A emergência da ideologia, da história e das condições de produção no prefaciamento dos dicionários. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L.; MITTMANN, S. (Orgs.) *O discurso na contemporaneidade: materialidades e fronteiras*. São Carlos: Claraluz, 2009.
- PFEIFFER, C. C. A língua nacional no espaço das polêmicas do século XIX/XX. In: ORLANDI, E. P. (Org.) *História das Idéias Lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Campinas: Pontes; Cáceres: UNEMAT, 2001.